

Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.845 - CE
(2019/0157267-0)**

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : FRANCISCO HELCIO ARAGAO BEZERRA
ADVOGADOS : PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO - CE003183
FRANCISCO VALDEMÍZIO ACIOLY GUEDES - CE012068
RENAN BENEVIDES FRANCO - CE023450
LUCCAS CONRADO PEREIRA CIPRIANO - CE040592
EDUARDO JANSEN FREITAS LEITAO E OUTRO(S) - CE024874
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CPC. CÔMPUTO EM DIAS CORRIDOS. INTEMPESTIVIDADE. ART. 798 DO CPP. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Após a entrada em vigor da Lei n. 13.105/2015, a Terceira Seção desta Corte Superior assentou entendimento no sentido de que, nos processos e recursos que tratam de matéria penal, o prazo continua a ser contado em dias corridos, em razão de disposição específica do art. 798 do Código de Processo Penal.
2. No caso, a publicação do acórdão recorrido se deu em 1º.11.2018 e o recurso especial foi interposto apenas em 3.12.2018, portanto, fora do prazo legal.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator